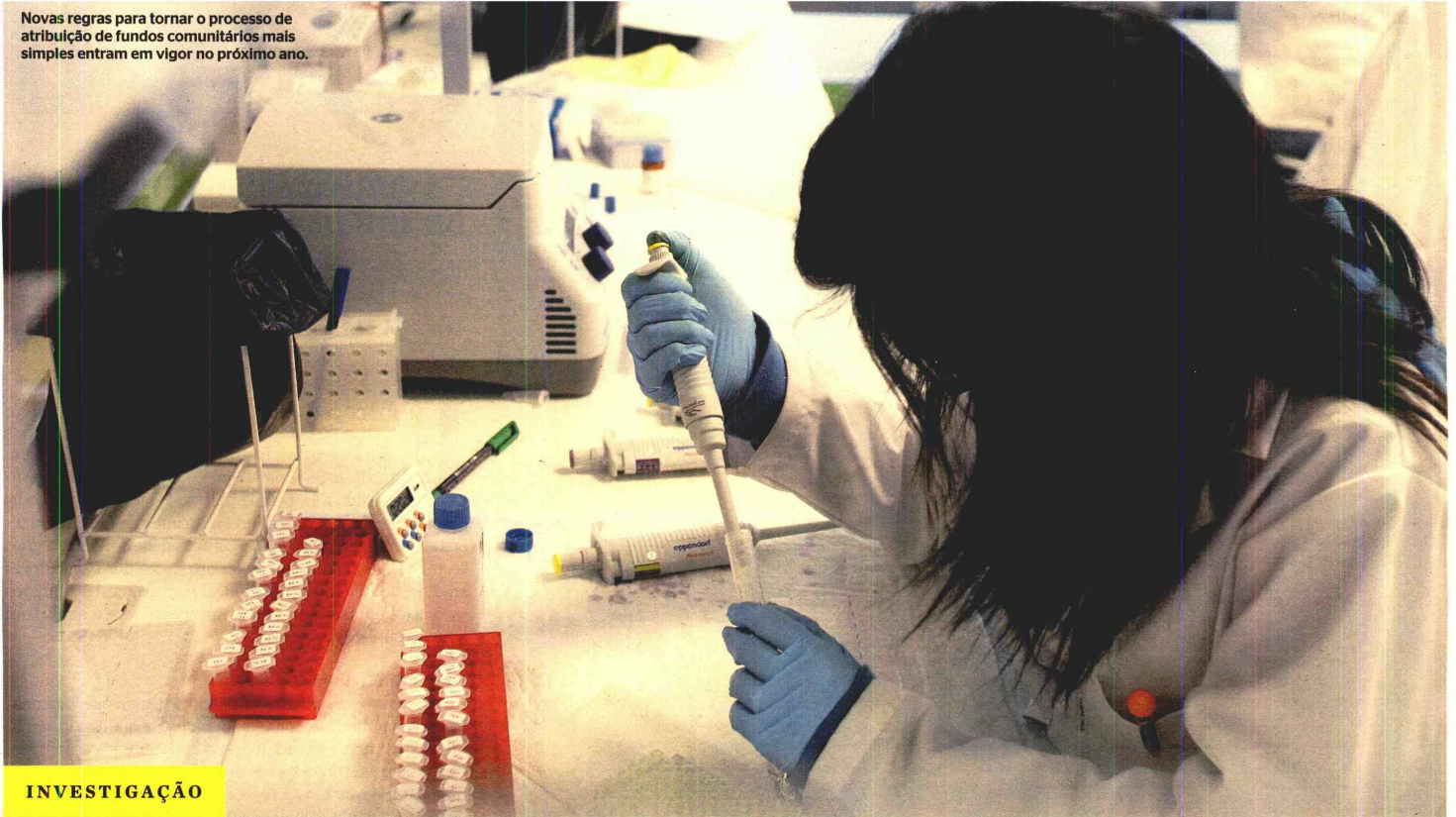




Novas regras para tornar o processo de atribuição de fundos comunitários mais simples entram em vigor no próximo ano.



**INVESTIGAÇÃO**

# Europa aprova regras mais simples para a investigação

Relatório coordenado pela eurodeputada Maria da Graça da Carvalho, que estabelece uma simplificação das regras para o financiamento da investigação, foi aprovado no Parlamento Europeu.

**J**á a partir do próximo ano, pequenas empresas e universidades por toda a Europa vão começar a ter um acesso mais facilitado a fundos comunitários para investigação científica. E as raízes desta vitória começaram a crescer em Portugal.

O Parlamento Europeu adoptou, a 11 de Novembro, recomendações da eurodeputada portuguesa Maria da Graça Carvalho para simplificar as regras de participação nos programas europeus de investigação e inovação. O relatório elaborado pela deputada social-democrata sobre a simplificação da implementação dos Programas-Quadro de Investigação, actual e futuros, foi aprovado em Bruxelas com 553 votos a favor, 12 contra e sete abstenções.

“Pareceu-me que a maioria dos votos contra surgiram dos partidos mais pequenos, mais extremistas. Todos os grandes políticos apoiaram a proposta, desde os conservadores à Esquerda Unida. Fiquei muito contente com este resultado, dado que não é muito habitual, embora reconheça que se trata de um assunto mais consensual”, admite Maria da Graça Carvalho, apontando que este “número de votos é importante porque vai ser precisa força política para aplicar estas medidas”.

E que medidas são estas? As propostas que compõem o relatório visam tornar as candidaturas mais acessíveis a um maior número de entidades, especificamente pequenas e médias em-

## SIMPLIFICAÇÃO



“A minha esperança é que, se estas medidas resultarem, comecem a ser aplicadas noutros programas comunitários”, conclui a eurodeputada, Maria da Graça Carvalho. “O QREN, por exemplo, bem precisa de uma simplificação”.

presas (PME), novas empresas de alta tecnologia e pequenos institutos, universidades e centros de investigação.

Uma das principais batalhas neste sentido passa por reduzir o tempo de avaliação de uma proposta para seis meses. “Antigamente chegava a demorar quase um ano”, lembra Maria da Graça Carvalho, que acrescenta que se pretende também “uma diminuição da taxa de reprovação. O processo divide-se em dois passos: primeiro submete-se uma proposta simples mas que permita ter uma ideia concreta do mérito científico do projecto. Só depois de ver essa primeira apresentação aprovada é que se determinam os detalhes mais específicos e técnicos. Antes passava tudo na primeira fase, o que aumentava os custos e o tempo dispendido na segunda”, aponta a eurodeputada, que sublinha a importância desta redução nos custos para as PME.

Entre outras prioridades expostas no documento, é defendida também a harmonização das regras e dos procedimentos para os diferentes instrumentos utilizados nos programas da Comissão, bem como a simplificação das regras financeiras, tendo em vista uma abordagem baseada na confiança e numa maior tolerância ao risco.

O relatório surge num momento em que se dá início à avaliação intercalar do sétimo Programa-Quadro, em vigor até 2013, que será feita até ao final de Dezembro deste ano. “A presidência

belga da União Europeia considera este assunto uma das suas principais prioridades. O director-geral de Investigação disse-me que medidas como a interpretação mais clara das regras, simplificação do modo como se fazem as propostas e a uniformização dos procedimentos vão entrar já em vigor, para ter efeito já no próximo ano”, revela Maria da Graça Carvalho. Medidas que implicam mudanças estruturais serão integradas no 8º Programa-Quadro, em vigor de 2014 a 2020, cuja avaliação foi antecipada para 2011.

De acordo com a eurodeputada do PSD, o relatório chega “na altura certa e assume uma relevância especial” numa altura de crise económica, tendo um significado particular para países como Portugal, onde muitos dos candidatos são PME e pequenas organizações.

Segundo dados da Comissão Europeia relativos a Março deste ano, 4400 participantes portugueses apresentaram propostas de candidatura ao sétimo Programa-Quadro de Investigação, o que representa 2% do total das propostas recebidas e coloca Portugal em 13º lugar, relativamente aos 27 estados-membros.

Do total de participantes, 1400 provêm de pequenas e médias empresas (PME) que viram 225 projectos aprovados, o que constitui uma taxa de sucesso de 16%, três pontos percentuais abaixo da média dos 27 para estas entidades. Para a ministra do Ensino Superior, estes números mostram que “as regras de participação são demasiado complexas” e que, com outras regras, o país poderia ter mais sucesso.

O documento pretende ser o guia para a participação nos actuais e futuros programas neste domínio, mas Maria da Graça Carvalho acredita que poderá tornar-se também um modelo a ser adoptado noutras áreas, designadamente em matéria de coesão, de modo a simplificar as candidaturas aos fundos. “A minha esperança é que, se estas medidas resultarem, comecem a ser aplicadas noutros programas comunitários”, conclui a eurodeputada. “O QREN, por exemplo, bem precisa de uma simplificação”. ■ Pedro Quedas